Cadernos de África Contemporânea

ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

A HOMOSSEXUALIDADE NO CONTINENTE AFRICANO: HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Homosexuality in the African continent: history, colonization and contemporary discussions

Ercílio Neves Brandão Langa

Resumo: Este artigo aborda a homossexualidade no continente africano a partir das perspectivas das colonizações islâmica e judaico-cristã europeia. Apresenta o "estado da arte" das discussões contemporâneas, analisando os discursos existentes de pesquisadores, figuras públicas, religiosos, autoridades e governantes. Por último, verifica a situação dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intergêneros (LGBTI's) nas sociedades africanas. Utilizo como métodos a revisão bibliográfica e pesquisa documental sobre o assunto. Discutir acerca da homossexualidade em África não apresenta tarefa fácil, além de ser assunto tabu, há dificuldades em obter dados sobre o assunto, pouco documentado no continente. Desde o início do século XXI que se verificam discursos acirrados, atuações de governos, estadistas e religiosos africanos contra a homossexualidade. Nesse contexto, o debate sobre os direitos de LGBTI's em África mostra-se urgente.

Palavras-chave: Homossexualidade; Continente Africano; Colonização; Debates; África contemporânea.

Abstract: This article addresses homosexuality on the African continent from the perspectives of Islamic and Judeo-Christian European colonization. It presents the "state of the art" of contemporary discussions, analyzing the existing discourses of researchers, public figures, religious, authorities and rulers. Finally, it examines the situation of lesbian, gay, bisexual, transgender and intergender (LGBTI) rights in African societies. I use methods such as bibliographic review and documentary research on the subject. Discussing homosexuality in Africa does not present an easy task, besides being a taboo subject, there are difficulties in obtaining data on the subject, which is not well documented in the continent. Since the beginning of the 21st century, there have been fierce speeches, acts of African governments, statesmen and religious against homosexuality. In this context, the debate on LGBTI rights in Africa is urgently needed.

Keywords: Homosexuality; African continent; Colonization; Debates; Contemporary Africa.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

A HOMOSSEXUALIDADE NO CONTINENTE AFRICANO: HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Ercílio Neves Brandão Langa[1]

Introdução

Por que os Estados africanos proibiriam e criminalizariam uma prática que é afirmada como não existente no continente? Por que analisar a homossexualidade em África com "lentes" ocidentais? Como conciliar direitos individuais e coletivos em sociedades consideradas "comunitárias"? Como indivíduos de diferentes nações, culturas e religiões africanas lidam com a questão da homossexualidade? São estas algumas das questões a interpelar uma discussão sobre a homossexualidade no continente africano. Relativamente à estrutura do artigo, primeiro analiso o "estado da arte" das discussões acadêmicas, particularmente, o embate entre pesquisadores africanos e ocidentais. No segundo tópico, resgato a história da homossexualidade em África, demonstrando como os processos coloniais criminalizaram e penalizaram a prática e após as independências, os governos africanos aproveitaram o aparato de leis coloniais para endurecer as penas. No terceiro e último segmento, abordo os direitos sexuais nas sociedades africanas.

Homossexualidade em África: o estado da arte das discussões

No debate acadêmico sobre a homossexualidade, destaco o texto fundante de Evans-Pritchard (2012) acerca da "inversão sexual" entre os Azande, um povo nilótico, localizado no atual Sudão do Sul. Neste estudo, realizado entre as décadas de 1920 e 1930, o antropólogo britânico mostra a existência de relações homoafetivas entre guerreiros casados e rapazes solteiros com e sem penetração sexual, nas quais, os últimos viviam, temporariamente, nas cabanas dos primeiros, tornando-se "rapazes-esposas" (PRITCHARD, 2012). De acordo com o autor, tal prática acontecia devido à escassez de mulheres disponíveis para casamento, num contexto em que os homens ricos tinham verdadeiros haréns de mulheres, causando desequilíbrio nupcial na sociedade Azande. Entretanto, logo que conseguiam dinheiro e gado para se casarem, esses jovens uniam-se com mulheres, vivendo uma relação heterossexual. Na mesma sociedade, eram comuns

[1] Ercílio Neves Brandão Langa. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Doutor em Sociologia pela UFC .E-mail: ercilio.langa@gmail.com .

relações afetivas entre mulheres por conta da poligamia em larga escala, desde que tivessem a permissão de seus esposos. Tais relações entre pessoas do mesmo sexo eram comuns, principalmente entre os ricos e particularmente dentro da realeza (*Idem*, 2012).

Ademais, diversos estudos contemporâneos realizados em África demonstram a existência de envolvimento afetivossexual entre pessoas do mesmo sexo, em distintos contextos. Na atualidade, diversas pesquisas realizadas em África – dentre as quais se destacam os estudos de Stephen Murray e Will Roscoe (1998), Charles Gueboguo (2006) e Neville Hoad (2007), bem como os relatórios da Associação Lambda (2010, 2013) e os ensaios de Thabo Msibi (2014) e Achille Mbembe (2014) – demonstram a existência de interações homoafetivas em distintos contextos africanos, quais sejam: sociedades urbanas; entre as classes mais escolarizadas e oligarquias; trabalhadores em trânsito, caminhoneiros de longos percursos; trabalhadores em situação de confinamento ou, morando distantes de suas terras de origem, a exemplo de mineiros, presidiários, militares, guerrilheiros, madeireiros, dentre outros.

Muitas vezes, tais interações homossexuais não colocam em causa a masculinidade ou a orientação sexual dos sujeitos, que não se identificam como homossexuais ou gays, mas somente homens que fazem sexo com homens (HSH), mantendo ao longo da vida, uniões afetivas "estáveis" com pessoas do sexo oposto. No cenário africano, alguns agentes – minorias sexuais organizadas em associações, comunidades, clubes, bares e cidadãos, individualmente – têm assumido publicamente a homossexualidade. Via de regra, tais atores estão estabelecidos em regiões urbanas e pertencem às classes médias e altas africanas, "saindo do armário" conforme a posição, o *status* e o contexto social vivenciado no país, cidade ou região.

Nessas discussões, pesquisadores africanos, entre os quais Msibi (2014) acusam os teóricos ocidentais de partirem de seus "lugares de fala", tomando a homossexualidade como um dado adquirido e de não levaram em consideração as realidades históricas e os contextos africanos, exportando suas visões sobre sexualidade e gênero para sociedades não-ocidentais. De acordo com o autor, nas suas análises os teóricos ocidentais não tomam em conta as realidades contextuais e históricas do continente, assim como, as experiências e condições vivenciadas pelos povos africanos. Nessa perspectiva, este ensaísta sulafricano esforça-se para demonstrar a natureza ocidental e totalizante das teorias sobre a sexualidade e o desejo entre pessoas do mesmo sexo, cuja produção ocorre sem a participação de intelectuais do "Sul". Na sua ótica, as práticas e políticas homossexuais em África não podem ser assumidas como sendo semelhantes às do mundo Ocidental, porque o continente africano vive assombrado pelo colonialismo e imperialismo, que tendem a "apagar" a perspectiva nativa africana acerca da homossexualidade, substituída, em grande parte, pelas concepções cristãs e/ou ocidentais (MSIBI, 2014).

Em outra perspectiva, Luiz Mott (2005) faz uma "arqueologia" dos casos de sodomia nas colônias portuguesas a partir de arquivos da Inquisição existentes na Torre do Tombo, em Portugal. Utilizando-se, muitas vezes, da própria terminologia colonial e de uma linguagem romântica, este pesquisador parece partilhar dessa visão ocidental sobre as sociedades africanas. Seu texto apresenta casos de relações homoafetivas entre cidadãos portugueses e escravos africanos, entre cabos militares e afrodescendentes acontecidas nas colônias portuguesas em África (MOTT, 2005).

Tais cidadãos europeus a serviço da coroa portuguesa – governadores, padres, autoridades, comerciantes ricos e militares – ocupavam diversos cargos de poder e prestígio. Dessa forma, o autor brasileiro ignora as relações de poder e de dominação existentes entre europeus e africanos no contexto da colonização, visto que, muitas vezes europeus usavam da força nessas relações, bem como não menciona o fato de que muitos africanos e afrodescendentes "sodomizados" faziam-no em troca de dinheiro, comida, bens e objetos de trabalho (*Idem*, 2005).

Já Murray e Roscoe (1998) defendem que a homossexualidade existe em África há milênios, sendo uma prática pré-existente à colonização europeia, ganhando nomes e formas específicas conforme a região e contexto histórico. Por exemplo, nas culturas *swahilis* da África Oriental, a prática é conhecida como *mashoga, mabasha e magai,* entre homens e, *wasagaji*, *mkesimume,* entre mulheres (*Idem*, 1998). Ainda nesta perspectiva "africana", num estudo de caso pioneiro realizado no Camarões, Gueboguo (2006) aponta a existência histórica de relações homossexuais, contudo, ressalta que ao longo do tempo o objetivo primário da sexualidade em África tem sido a reprodução para a perpetuação dos grupos sociais. Ainda assim, a homossexualidade se encontra cada vez mais visível no cotidiano e não apenas nos processos simbólicos e rituais, como era descrita (*Ibidem*, 2006).

Por conseguinte, em uma análise contemporânea, Msibi (2014) argumenta que em muitos contextos africanos, a existência de homossexuais – e de outras categorias de indivíduos que se envolvem em relações afetivas com pessoas do mesmo sexo – tem sido marcada pela negação brutal e pelo silêncio. As práticas homossexuais vêm sendo apresentada como "estrangeira" e "contra Deus" (*Idem*, 2014).

Os pesquisadores africanos aqui citados são unânimes em afirmar que o discurso sobre a homossexualidade em África foi imposto pelo mundo ocidental, visto que as primeiras leis contra a sodomia foram promulgadas pela colonização europeia nos territórios africanos, assim como o ideal de família patriarcal e heterossexual, instituída pelo cristianismo e reforçada mais tarde, com o advento do marxismo, movimentos estes que retrata(va)m de forma negativa a homossexualidade.

A revolução sexual silenciosa

Neste esforço de circunscrição do "estado da arte" dos debates acerca da homossexualidade no continente africano, cabe destacar a importante contribuição de Mbembe (2014), ao delinear um interessante cenário das transformações na vida íntima e na sexualidade ocorridas no último quartel do século XX em África, por ele designado de "revolução sexual silenciosa" (*Idem*, 2014). Assim, este autor descreve um panorama africano nos últimos vinte e cinco anos do século XX caracterizado pelo desemprego e pela fragmentação social que afetou as estruturas familiares que teve as seguintes consequências: transformações nos lugares das mulheres nas atividades econômicas e nas formas de união conjugal; enfraquecimento do *status* dos homens mais jovens por conta do desemprego; as mudanças na idade do primeiro casamento; redefinições nas relações entre homens e mulheres nas funções parentais; bem como com a emergência de casais sem filhos, famílias poligâmicas sem parentes colaterais, famílias monoparentais e divórcios, situações estas que fazem emergir diversas formas de famílias, grande parte das quais, chefiadas por mulheres (MBEMBE, 2014).

Este filósofo camaronês chama atenção para o aparecimento em África – ainda que lentamente – de uma esfera privada cujos símbolos são retirados da cultura global, por meio do vestuário, música, desporto, moda e dos cuidados do corpo em geral. Nesse contexto, distingue três pressupostos fundamentais na base dessas representações africanas sobre a homossexualidade, grande parte influenciadas por ideais religiosos e biológicos. Tal é perceptível pela linguagem biologizada – a partir de palavras como apoplexia, vulva, sémen, genital, extravaginal – bem como pela utilização de expressões religiosas – onanismo, viril, natural, anciãos, coito, mácula, impureza, sexualidade legítima, feitiçaria, abominável, profanação da carne – desses raciocínios (*Idem*, 2014).

Na base dessas três afirmações encontram-se três pressupostos fundamentais. E, primeiramente, a ideia muito falocrática – mas partilhadas tanto por homens quanto por mulheres – segundo a qual, mesmo em estado de apoplexia, o membro viril seria o símbolo natural da gênese de vida e de qualquer poder. Assim sendo, não haveria sexualidade legítima, além daquela que faz sempre bom uso do capital seminal. Se tudo é organizado em função das tarefas reprodutivas, o último delapidar-se-ia nos prazeres desperdiçados. De seguida, existe a crença largamente disseminada segundo a qual o coito lícito só se concretizaria *no* órgão feminino, sendo que a ejaculação extravaginal (onanismo) seria a marca da própria mácula e impureza, mesmo da feitiçaria. A função principal da vulva consistiria em libertar o falo do seu sêmen e conservá-lo preciosa-

mente. Por fim, predomina a impressão segundo a qual, qualquer prática coital – nomeadamente aquela que, em vez de por imediatamente os atos genitais, os associaria antes aos orifícios e vias de excreção, deglutição e sucção – seria uma profanação da carne e um abuso abominável (*Op Cit*., p. 174).

Nessa perspectiva, nas sociedades africanas, os argumentos anti-homossexualidade "conferem uma função crucial ao pênis nos procedimentos de simbolização da vida, do poder e do prazer" (*Ibidem*, 2014, p. 175), constituindo a regra. Desta forma, por conferirem elevada preponderância ao falo, tais pontos de vistas negligenciam as práticas homossexuais femininas, que se encontram cada vez mais disseminadas nas sociedades africanas, bem como assentam em uma leitura muito contestada da história da sexualidade em África e dos seus significados políticos.

Durante e após a colonização europeia, o poder em África procurou sempre uma imagem de virilidade, na qual a comunidade política africana pretendeu sempre ser uma sociedade dos homens e dos anciãos. Daí o costume dos monarcas, elites, guerreiros, soldados e dos homens poderosos de "deflorar" as mulheres virgens. Na sua ótica, até pouco tempo em África, a homossexualidade sempre fora um privilégio dos poderosos, praticada em rituais de subordinação ao monarca e em momentos especiais, rituais sagrados, cerimônias de entronização, etc. Contudo, atualmente, ela não é mais vista como prática ritual especial de submissão ao outro, mas fruto do desejo masculino e feminino de homens e mulheres comuns, ainda que seja utilizada como prática política de subjugação dos adversários nas guerras (MBEMBE, 2014). Senão, vejamos:

> A homossexualidade era apanágio dos poderosos. Podia funcionar como um ritual de subordinação em relação ao mais forte de si e também estava presente em determinados rituais sagrados. Atualmente, a recusa proclamada da submissão homossexual a outro homem não significa falta de vontade, por parte dos homens e mulheres, de adquirir e apropriar-se do pénis ideal e idealizado. Factualmente, o aviltamento e a depreciação de que a analidade é objeto no discurso público acompanham o seu aparecimento recorrente no plano do sintoma, sob a forma de fantasias diversas. Nesse plano, basta analisar as funções que desempenha nas quimeras de permutação de funções masculinas e femininas, ou ainda a vontade –sentida pela maioria dos homens e corrente nas técnicas políticas de subjugação – de servir-se dos outros homens, tal como de muitas mulheres que se submetem à copulação e vivem a sua dominação através da consumação do coito. Acresce-se ainda a existência, nos contos e mitos, de criaturas hermafroditas; ou ainda, nas lutas sociais e políticas, a prática que consiste em despojar o inimigo de tudo aquilo que constituem os emblemas da virilidade e em consumá-los; ou ainda, a obsessão de regeneração de uma virilidade declinante através de decocções e da utilização de todos os tipos de cascas. Por conseguinte, a homossexualidade insere-se na estratificação muito profunda do inconsciente sexual das sociedades africanas (*Idem*, p. 176-177).

Para o autor, a homossexualidade está no inconsciente sexual das sociedades africanas, mesmo que questões à sexualidade ainda não se encontram claras, devido ao fato deste continente ter passado por uma "revolução sexual silenciosa" e também porque foi mal documentada. Ainda que tal Revolução só seja perceptível agora, ela transformou a forma como muitos africanos imaginam sua relação com o desejo, o corpo e o prazer.

A revolução sexual silenciosa africana foi caraterizada por uma abertura inigualável das sociedades africanas para o mundo. Exemplos disso são a circulação de filmes pornográficos em sociedades africanas, o questionamento da centralidade do órgão sexual e reprodutor masculino que, em algumas sociedades têm ocasionado instabilidade marital e circulação das mulheres. Também se verifica o agravamento de conflitos entre homens e mulheres em distintos contextos, onde os homens mais pobres passam a sentir-se desmasculinizados, bem como o status de "chefe de família" do homem tem sido desclassificado nas classes populares nos casos em que a sua capacidade de provedor da família não se realiza com êxito (*Ibidem*, 2014).

Em determinados casos, as crises econômicas e sociais contribuíram para o aumento das desigualdades entre os sexos, enquanto que noutros casos, houve uma mobilidade ascendente tanto de homens como de mulheres, resultando num agravamento dos conflitos entre os sexos e da brutalidade das relações de gênero entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, as formas de sexualidade anteriormente reprimidas foram emergindo gradualmente no espaço público, e os desejos sexuais foram-se alargando. Eis "revolução sexual silenciosa" ocorrida em África, circunscrita por este filósofo:

> Paralelamente, as formas de sexualidade anteriormente reprimidas emergem gradualmente no domínio público, o repertório das fruições sexuais alargou-se consideravelmente e as práticas de felação proliferam, enriquecendo largamente a linguagem da sexualidade. Entre os jovens novas e infinitas expressões, gradualmente mais prosaicas. Grande parte do discurso social incide na temática da força fálica declinante. Os mais velhos recorrem cada vez mais a plantas e raízes cujas propriedades revigoram, alegadamente, a virilidade masculina e permitem a multiplicação e exaltação do coito. [...]. Se em certos países, os regimes no poder travam uma guerra contra os homossexuais e os consideram refugos e resíduos humanos, na África do Sul, a constituição garante-lhes todos os direitos, incluindo o casamento. A homofobia contemporânea também é utilizada pelos «pequenos» como um meio de desqualificação das classes dirigentes. Essas transformações ocorrem num momento em que a epidemia da Sida atinge proporções cada vez mais elevadas da população. O sexo e a morte convergem através da Sida. Num continente devastado pela guerra, assistiu-se à multiplicação das práticas de manducação. São as criança-soldado que, depois de tirar a vida a um inimigo, o emasculam retirando-lhe o pênis e consumindo-o para fazer aperceber-se, mesmo na sua morte, da sua impotência (MBEMBE, *Op cit*, p. 178).

Portanto, cabe destacar que, ao mesmo tempo em que experiências sexuais e novas formas de prazer antes reprimidas vão emergindo, as guerras – constitucionais, estatais e religiosas, por meio de leis e discursos – contra as "novas" formas de sexualidade, particularmente contra a homossexualidade, constituem parte integrante desta revolução, com acusações, preconceito e discriminação em relação aqueles que apresentam orientação de gênero e sexualidade distintas da maioria. Em quase todas as sociedades africanas pessoas famosas, políticos, dirigentes, artistas e desportistas são acusados de serem homossexuais.

Em África, somente a África do Sul – a nação arco-íris – é pioneira no reconhecimento dos direitos dos homossexuais, e deixa isso claro na sua constituição pós-*apartheid*, enquanto que a maioria dos países africanos se encontra na "zona cinzenta", caraterizada por poucos avan-

ços ou mesmo retrocessos nos direitos sexuais, reprodutivos, criminalização, ausência de reconhecimento e proteção das minorias, como são o caso dos homossexuais.

A colonização e a penalização das relações homossexuais

É fato histórico que as primeiras leis proibindo e penalizando relações homoafetivas nas sociedades africanas foram impostas pelas colonizações islâmica, europeia e suas respectivas religiões. Via de regra, muitas constituições, leis, códigos civis e penais vigentes nos países africanos, constituem heranças dos governos coloniais europeus ou foram copiados dos modelos de estados-nação europeus e norte-americanos, ou ainda inspirados no marxismo-leninismo do leste europeu e asiático. Estes regulamentos têm em comum, o fato de terem sua base no modelo de família patriarcal.

Ao longo da história, missionários, aventureiros e viajantes europeus apresentaram relatos de homossexualidade, incesto e outras práticas sexuais em distintos reinos e impérios africanos, particularmente, nas realezas e na classe dos sacerdotes – xamãs, adivinhos, curandeiros e feiticeiros – que aconteciam durante rituais, cerimônias de entronização, dentre outras.

Um dos episódios históricos mais interessantes acerca da homossexualidade em África, contudo, pouco documentado e abordado, foi o drama vivido pelos "mártires de Uganda" nas mãos do rei Mwanga, entre os finais do século XIX e início do século XX, quando jovens africanos católicos foram torturados, queimados vivos e mortos por se recusarem a manter relações homossexuais com o monarca e por rejeitarem renunciar sua fé, num episódio que passo a relatar.

De acordo com Lídia Gallesio e Domenico Bosa (1986), no contexto da expansão do catolicismo no interior do continente africano, em fevereiro de 1878, a Santa Sé confiou à Sociedade dos Missionários de África a tarefa de cristianizar os africanos, abrindo dois centros missionários na região dos Grandes Lagos, em um episódio que passo a contar nas linhas seguintes. Não obstante as diferenças de mentalidade e de resistência, em um ambiente plural caracterizado por manifestações religiosas nativas africanas, pela presença do *Islam* e por momentos de competição e tensão com a comunidade protestante europeia, os missionários católicos conseguiram ganhar confiança do rei ugandês Mutesa I, que impunha restrições ao deslocamento livre pelo reino ou à permanência fixa dos missionários longe da residência real.

Entretanto, tais missões começaram a surtir resultados pouco tempo depois, em 1880, quando, finalmente, os missionários católicos tiveram permissão para estabelecer-se em Bugan-

da,[2] conseguindo formar grupos consistentes de cerca de duzentos e cinquenta catecúmenos e realizar os primeiros vinte batizados (GALLESIO; BOSA, 1986).

Mesmo assim, as relações entre a realeza africana e os missionários católicos eram inconstantes, fazendo os últimos temerem por suas vidas, muitas vezes, obrigando-os a abandonar o reino. No reino do Buganda o tráfico de escravos, os cultos tradicionais aos espíritos dos mortos, particularmente aos antepassados da família, espíritos das grandes forças, fenômenos naturais, bem como os sacrífícos humanos, a poligamia e as relações homossexuais constituíam práticas comuns e aceitas desde os tempos remotos, inclusive pela família real. Assim, intermediários especiais, adivinhos, feiticeiros e curandeiros eram interpelados para consultar as vontades dos espíritos e de outros seres superiores (*Idem*, 1986).

Com a morte de Mutesa I, subiu ao trono o jovem rei Mwanga que, para além das leis, tradições e costumes africanos, conhecia sumariamente as doutrinas islâmica, protestante e católica. Nesse contexto, em 1885, o novo monarca pediu a volta dos missionários ao reino e pouco tempo depois, o número de cristãos na corte real ultrapassava os cento e cinquenta, entre batizados e catequizados. Com o crescimento do catolicismo no reino, os "grandes" – realeza, nobreza, chefes militares e religiosos – temiam ver seus poderes diminuídos ou perder seus privilégios com uma possível conversão do monarca, visto que a adesão a esta religião implicava a renúncia das tradições, práticas e a consequente adoção de um novo estilo de vida "cristão" (*Ibidem,* 1986).

Assim, os membros da realeza incitavam o rei contra os representantes do catolicismo no reino. Vários jovens catolizados resistiam às seduções e propostas sexuais do rei, bem como mantiveram-se firmes na fé, recusando-se a renunciar sua religião. Aos poucos, o rei Mwanga foi convencido de que a presença dos católicos era a razão de todos os males no reino, iniciando uma perseguição feroz que terminou com a morte de, pelo menos, vinte e dois jovens católicos africanos entre 1885 e 1887. Estes foram torturados, decapitados, queimados vivos e esquartejados, num episódio da história das igrejas católica e cristã africanas que ficou conhecido como os "mártires de Uganda" (GALLESIO; BOSA, 1986).

Com a emergência do Cristianismo como religião predominante nos territórios ocupados pelas potências europeias em África, particularmente na região Subsahariana, diversas leis, religiões, tradições e costumes, dentre elas as relações homossexuais, foram proibidas, tornando-se assunto tabu, sendo substituídos pelos códigos civis e penais coloniais europeus, bem como pela moral judaico-cristã presente na Bíblia. De acordo com William Cole (1967), tais ensinamentos

[2] Atualmente, parte do Uganda, país localizado na região África Oriental e Subsahariana do continente africano.

judaico-cristãos dispostos no Velho e Novo Testamentos bíblicos, influenciaram a moral, os costumes e a vida cotidiana no continente africanos, até aos dias de hoje (COLE, 1967).

No tocante ao *Islam*, conforme os historiadores Mohammed EL FASI e Ivan HRBEK (2010), essa religião influenciou uma vasta região do continente, primeiro a partir do Egito e do Norte de África, entre o século VII e XI, sem que estes territórios tenham sido politicamente anexados a nenhum dos grandes estados islâmicos da época. Após os muçulmanos converterem os berberes, estes últimos introduziram a religião islâmica a Sul do Sahara, a partir das caravanas que atravessavam o grande deserto em direção às terras mais férteis do Sahel e do Sudão (EL FASI; HRBEK, 2010).

Na ótica destes dois autores, a África negra servia, essencialmente, como reservatório de escravos para o mundo muçulmano. A expansão muçulmana pelo continente africano não foi somente religiosa, mas também de âmbito político, cultural e econômico, na qual, os árabes exerceram influência na região norte do continente, no Mar Mediterrâneo e nas costas do Oceano Índico (*Idem*, 2010).

As leis aplicadas pelas sociedades islâmicas podem ser entendidas como tendo sido derivadas do Alcorão, livro sagrado e principal fonte do Islam, e da *Sunnah,* segunda fonte que narra a vida do profeta, não sendo possível praticar esta religião sem consultar ambos os textos. Já a *shariah*, um sistema detalhado de leis religiosas, equivale ao direito, procura descrever todos os atos humanos, distinguindo-os entre os permitidos "*halal*" e proibidos "*haram*". Quando interpretada de forma literal, a *shariah* pode-se revelar um sistema de leis bastante repressivo, cuja pena para as relações homossexuais é a lapidação e morte.

De fato, além de ser um sistema religioso, o Islam é também um sistema governamental e legislativo, daí que em muitas sociedades islâmicas, o Estado e a religião se confundem. Nesse cenário, em muitos países cristãos e islâmicos, o clero religioso e políticos se utilizam da religião para controlar a vida dos indivíduos, particularmente, das mulheres e dos LGBTI´s. Hoje, segunda década do século XXI, no Norte de África, a chamada *Primavera Árabe*, iniciada em 2011, cujas revoluções foram essencialmente políticas, não trouxeram mudanças significativas nos valores ou direitos humanos. Na realidade, mudaram os dirigentes e governantes, mas a cultura desses países não mudou, assim como a vida dos indivíduos, particularmente, as mulheres e LGBTI's. O peso da religião e da cultura sobre os indivíduos não diminuiu.

As independências africanas e o endurecimento das penas

Após as independências em África, acontecidas a partir de 1960, a maioria dos governos africanos aproveitou o aparato de leis coloniais europeias e em alguns casos, tornou-as mais rígidas. Tais leis coloniais sobre a homossexualidade foram legitimadas pelos europeus: missionários, autoridades militares e antropólogos influenciados pelo funcionalismo-estrutural, que em seus escritos, viam no homem africano qualidades como "bom selvagem", "primitivo", "tradicional", entre outras. À rigor, quando relatada por atores europeus, as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo ocorridas nas colônias africanas, eram retratadas em linguagem moralista e médicopsiquiatra: "perversão", "inversão sexual", "erotismo mórbido", "pederastia", "práticas contra natura", "ocorrência de sexo contrário" (MURRAY; ROSCOE, 1998).

Tais concepções foram reforçadas após as independências dos países africanos na segunda metade do século XX e com o advento do Socialismo e do Capitalismo, que retrata(va)m a homossexualidade de forma negativa. Assim, grande parte dos governos africanos aproveitou ou copiou o aparato de leis coloniais europeias, em alguns casos, reformulou-as, tornando-as mais rígidas. Desse modo, após as independências, grande parte dos governos africanos mostrou-se relutante em discutir acerca da homossexualidade, permanecendo dentro dos padrões europeus de moralidade.

Atualmente, os governos africanos mostram-se relutantes em discutir sobre a homossexualidade, cujas leis se mantêm estáticas, permanecendo dentro dos padrões vitorianos de moralidade, adotando o modelo biomédico capitalista-ocidental, seguido por quase todas as sociedades. Já, especialistas africanos argumentam que para se compreender as relações homossexuais em África, é necessário abandonar as teorias ocidentais acerca do sexo, gênero, sexualidade e afetividade, porque tais teorizações têm se mostrado inadequadas na compreensão dos distintos contextos africanos.

Em finais do ano 2013, um estudo *survey* publicado pelo *Pew Research Center* – intitulado *A Divisão Global sobre a Homossexualidade* – fora realizado em maio do mesmo ano, em trinta e nove países dos cinco continentes, com 37.653 indivíduos de ambos os sexos entrevistados e abrangeu seis regiões geográficas: América do Norte, Europa, Médio Oriente, Ásia e Pacífico, América Latina e África. Tal pesquisa mostrava uma enorme variação de opiniões, conforme a região, na questão – "a homossexualidade deveria ser aceita ou rejeitada pela sociedade? " – revelando a existência de maior aceitação de homossexuais em países seculares e ao mesmo tempo, uma forte correlação entre religiosidade e opiniões em relação à homossexualidade; desta forma, a homossexualidade seria menos aceita em países onde a religião é central na vida dos indivíduos (PEW CENTER, 2013).

De modo geral, a enquete evidenciava ampla aceitação da homossexualidade na América do Norte, União Europeia e grande parte da América Latina. Entretanto, a prática era igualmente rejeitada, de forma generalizada, em países islâmicos no Médio Oriente, África, Rússia e regiões da Ásia (*Idem*, 2013).

No continente africano, a rejeição da homossexualidade variava entre 61 a 90% da amostra da população entrevistada, sendo menos rejeitada na África do Sul e mais rejeitada em países como Quênia, Uganda, Gana, Senegal e Nigéria. O *survey* concluía que em diversas regiões de África, particularmente, os países com maioria da população islâmica, permanecem entre os menos dispostos aceitar a homossexualidade e cuja percentagem de rejeição chega próximo dos 100% (*Ibidem*, 2013).

Assim, na África Subsahariana, cerca de 98% das pessoas na Nigéria, 96% no Senegal, 96% no Gana, 96% no Uganda e 90% no Quênia afirmavam que a homossexualidade não deveria ser aceita pela sociedade. Inclusive na África do Sul, onde ao contrário da maioria dos países africanos as relações homossexuais são legais, a discriminação baseada na orientação sexual constitui crime e é considerada inconstitucional, cerca de 61% dos inquiridos, afirmavam que a homossexualidade não deveria ser aceita pela sociedade, enquanto que apenas, 32% declaravam que esta prática deveria ser aceite (PEW CENTER, 2013).

Já na maioria dos países pesquisados, o estudo não encontrou diferenças significativas entre os sexos, isto é, entre as respostas dos homens e das mulheres às perguntas feitas. Entretanto, nos países onde há grandes desigualdades de gênero e sexo, as mulheres eram mais propensas a aceitar a homossexualidade do que os homens. Por fim, em diversos países a visão sobre a homossexualidade variou segundo as faixas etárias: os mais jovens tinham maior propensão a aceitar a homossexualidade do que os mais velhos (*Idem,* 2013).

Acerca da intolerância com a homossexualidade, em uma obra retratando suas experiências com LGBTI´s em viagens pelo continente africano, do Cabo ao Cairo, o pesquisador espanhol Marc Serena (2014) aponta que cerca de 60% dos países membros da ONU aboliram a legislação que penaliza os atos sexuais consentidos entre adultos do mesmo sexo, mas, os continentes asiáticos e africanos são aqueles onde persistem as leis mais repressivas (*Idem*, 2014). De acordo com este autor, durante as primeiras décadas do século XX, o Norte de África teria sido um "paraíso" para muitos europeus em busca da liberdade sexual.

Nesse período, havia matrimônios homossexuais seguindo o ritual islâmico, práticas essas posteriormente proibidas pelas autoridades coloniais europeias nesses países. Desta forma, na atualidade, metade da segunda década do século XXI, a homossexualidade continua proibida em

trinta e oito dos cinquenta e quatro países africanos, com o argumento de que se trata de uma perversão importada do Ocidente.

Na maioria das vezes, aqueles que defendem a criminalização das relações homossexuais em África, argumentam que a prática tem origens externas no continente, tendo sido introduzida pelo mundo Ocidental europeu e sua influência cultural (*Ibidem*, 2014). Assim, em diversos países africanos, têm-se noticiado situações de preconceito e discriminação, bem como perseguição, exclusão, violência e até morte de cidadãos por conta da orientação sexual. E, geralmente, os homossexuais são obrigados a refugiar-se em aldeias no interior dos estados, em países europeus ou da América do Norte.

Muitas vezes, distintos governos, estadistas, líderes tradicionais, políticos e religiosos africanos, assim como nas diásporas espalhadas pelo mundo, os adeptos da Afrocentricidade têm recusado qualquer perspectiva de relações afetivas que se afaste da heterossexualidade, afirmando que esta prática é fruto do colonialismo Ocidental e que nunca fez parte das tradições africanas. [3]

Na ótica de pesquisadores como Luca Bussotti e António Tembe (2014), os ideólogos afrocentristas têm veiculado a ideia de que a homossexualidade foi introduzida no continente pelos interesses ocidentais, uma vez que a natureza africana se centra na vida e na sua reprodução, tornando impossíveis as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Assim, recusam qualquer diálogo com movimentos LGBTI's africanos, adotando uma postura negativa com que estes movimentos costumam ser representados (BUSSOTTI; TEMBE, 2014).

Estes dois autores rechaçam a ideia de que em África a sexualidade sempre esteve orientada somente para fins reprodutivos, classificando esta perspectiva de "instrumental", pois desvaloriza a dimensão afetiva e termina concordando com a perspectiva católica acerca da sexualidade. Assim, os argumentos dos afrocentristas terminam conciliando os ensinamentos bíblicos, as tradições cristãs, o tradicionalismo africano e a cruzada antiocidental no combate à homossexualidade.

Nessa perspectiva, o colonialismo não trouxe a homossexualidade à África, mas sim a sua criminalização jurídica, com o objetivo de controlar social e sexualmente os africanos, reconduzindo-os a costumes julgados, os mais apropriados à moral comumente aceite. Assim, o Afrocentrismo tem emergindo no continente africano fortemente influenciado por perspectivas que pretenderam ser universais – o cristianismo, o islamismo, o marxismo – e, que os indivíduos

[3] De acordo com Ana Mazama (2009), a Afrocentricidade surgiu no início da década de 1980, com a publicação do livro *Afrocentricidade*, de Molefi K. Asante (1980), seguido por *Ideia afrocêntrica* (1987) e *Kemet, afrocentricidade e conhecimento* (1990). No cerne da ideia afrocêntrica está a afirmativa de que os africanos devem operar como agentes autoconscientes, não mais satisfeitos em ser definidos e manipulados de fora, controlando seus destinos por meio de uma autodefinição positiva e assertiva. Na sua ótica, os critérios dessa autodefinição devem ser extraídos da própria cultura africana (MAZAMA, 2009).

que aderiram a tais perspectivas, estão em poucas condições de afirmar sua total e plena africanidade (*Idem*, 2014).

Portanto, ser homossexual, gay ou lésbica é um direito individual e algo pessoal entre as diversas formas de viver a sexualidade para milhares de africanos. Porém, o preconceito, o peso da cultura, da religião, assim como da opinião de líderes tradicionais e religiosos, somados à repressão governamental na vida dos indivíduos, ainda são bastante fortes em muitas sociedades africanas, impedindo que os cidadãos vivam sua sexualidade em sua plenitude, de forma livre e individual. Muitas vezes, tal dilema implica a discussão entre direitos individuais e coletivos ou comunitários.

As sociedades africanas e os direitos sexuais

Distintos autores, pesquisadores e intelectuais africanos têm chamado a atenção para o modo, *suis generis,* como a sexualidade é vivenciada em África, particularmente ligado à ideia de "cuidado do outro" e da "responsabilidade" que os sujeitos têm com o corpo e o sexo, bem como ressaltam o fato da sexualidade estar relacionada aos fins de reprodução dos indivíduos. De fato, é inconteste que a dimensão da procriação está bastante presente nas culturas e cosmologias africanas.

Via de regra, a maneira como a sexualidade é vivenciada em África – conforme o país, sociedade, grupo étnico ou religioso – apresenta-se distinta do modo como ela é experienciada na cultura Ocidental, Europa, EUA, ou no Brasil, sociedades nas quais os valores e códigos a ela atribuídos são diferentes. Essas seriam algumas das razões para a resistência à homossexualidade em África, tida como influência ocidental. Tais pesquisadores também ressaltam o fato das sociedades africanas serem extremamente comunitárias e repressivas, colocando em primeiro lugar os direitos coletivos e deveres do indivíduo perante a sua comunidade, e somente depois os direitos individuais ou pessoais.

Assim sendo, têm-se a impressão de que as nações africanas aproximar-se-iam, em muitos aspectos à "sociedade de solidariedade mecânica" descrita por Émile Durkheim (1999) caracterizada por sanções repressivas que atingem o indivíduo na sua fortuna e liberdade. Nessas sociedades, a "consciência coletiva" – o conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade forma um sistema determinado com vida própria – é independente das consciências particulares e das condições em que os indivíduos se encontram. Em outras palavras, os indivíduos passam, mas a sociedade e suas normas permanecem. Tal consciência tem a

função de fazer respeitar as crenças, as tradições e as práticas coletivas, defendendo-as contra todos os inimigos de dentro e de fora da sociedade (DURKHEIM, 1999).

Assim, nas sociedades mais simples, tidas como "primitivas", a consciência coletiva estaria mais presente, sendo uma força moral e superior ao indivíduo. Assim, o grupo social constitui a autoridade moral que rege a vida dos indivíduos, e nesse tipo de sociedade a solidariedade social estaria vinculada ao direito repressivo, e a maioria das infrações seriam reprimidas com castigos físicos. Dessa forma, para diferentes infrações, as penas aplicadas seriam, quase sempre, as mesmas porque as infrações afetariam da mesma maneira a consciência moral dos indivíduos e, produzem a mesma consequência (*Idem*, 1999).

> O direito penal, ao contrário, só edita sanções, mas nada diz das obrigações a que elas se referem. Ele não manda respeitar a vida alheia, mas condenar à morte o assassino. Ele não diz, em primeiro lugar, como se faz o direito civil, "eis o dever", mas de imediato: "eis a pena". Sem dúvida, se a ação é punida, é por ser contrária a uma regra obrigatória, mas essa regra não é expressamente formulada. Quando o direito consuetudinário passa ao estado de direito escrito e se codifica, é porque questões litigiosas reclamam uma solução mais definida; se o costume continuasse a funcionar silenciosamente, sem provocar discussão nem dificuldades, não haveria motivo para ele se transformar (DURKHEIM, 1999, p. 45).

Assim, tais sociedades sancionam e penalizam os indivíduos pelas suas condutas, a partir do direito consuetudinário, baseado nos costumes cujas normas nem sempre estão formuladas na forma de leis. Desta forma, muitos indivíduos têm sua vida privada e íntima invadidas e são punidos, sem conhecerem as suas falhas ou as razões da punição. Entretanto, como vimos acima, o próprio Durkheim prevê a necessidade de transformação e adequação das normas e costumes, isto é, uma "evolução" do direito consuetudinário para um direito civil escrito, por causa dos prejuízos causados aos indivíduos.

Relativamente à realidade vivenciada nas sociedades africanas, desde os seus primórdios as ciências sociais, particularmente, a Antropologia clássica, no seu "encontro colonial" e discurso sobre a alteridade e sobre "o outro", classificou os diferentes grupos etnolinguísticos africanos como "tribais", "culturas isoladas" e seus nativos como "primitivos" e "selvagens", sem colocar em questão, as relações de poder que se estabelecia entre as sociedades ocidentais e o resto do mundo. Essa postura ajudou a criar o mito, a ideia segundo a qual, as culturas africanas são excepcionais, constituídas por instituições e práticas únicas, sendo qualitativamente diferentes do resto das sociedades, ocidentais.

Tal dimensão "excepcional" da cultura africana contrasta com cosmovisão Ocidental, mais centrada no indivíduo ou nos valores individuais, na qual, o corpo, a sexualidade e a vida íntima dizem respeito apenas ao indivíduo, em si. Sendo assim, nas sociedades africanas, os valores, os recursos e o corpo do indivíduo pertenceriam à comunidade, ou seja, a sexualidade esta-

ria conectada a um projeto comunitário, muito mais do que ao desejo individual. E, os sujeitos teriam mais deveres do que direitos, diante de suas comunidades.

Já no Ocidente, a sexualidade seria um vetor de individualização, cuja dimensão predominante é o prazer. Portanto, nas sociedades ocidentais, a sexualidade não engendraria um compromisso comunitário. Entretanto, a visão acima apresentada pode nos levar ao "excepcionalismo africano", isto é, a crença de que as nações africanas são qualitativamente diferentes das outras no mundo, cujos fenômenos seriam difíceis de elucidar e não estando acessíveis aos olhos dos pesquisadores não africanos. Uma crítica contundente a esta perspectiva foi feita por filósofos africanos, no debate sobre a diversidade de conhecimentos de África, produzido por africanos.

Nesta linha de pensamento, Paulin Houtondji (2009) critica a presença de uma "etnofilosofia", baseada no pressuposto da existência de uma total unanimidade nas sociedades africanas de pequena escala ou primitivas, demonstrando a existência de pluralismo tanto nas sociedades africanas tradicionais como modernas. Tal perspectiva advoga a existência de uma unanimidade das formas de pensar, sentir e crenças nas comunidades africanas, à qual, o autor designa de "ilusão unânime" (*Idem*, 2009).

> Identificar filosofia africana com a bibliografia ou literatura filosófica africana permitiu ter noção das contradições e dos debates internos, das tensões intelectuais que dão vivacidade a esta filosofia e que fazem da cultura africana, no seu todo, uma cultura viva e não morta. A etnofilosofia baseava-se, entre outros pressupostos, na ideia de que, nas sociedades africanas de pequena escala ou sociedades primitivas, como são chamadas, vigorava uma total unanimidade, com toda a gente a concordar, por assim dizer, com toda a gente. Além disso, essa pretensa unanimidade era vista como uma virtude, e o desacordo como algo mau ou perigoso. A este duplo pressuposto dei o nome de ilusão unânime. Em contraposição a isto, chamei atenção para a virtude do pluralismo enquanto fator de progresso e para o fato de não só a África moderna como também a chamada África tradicional terem vivenciado o pluralismo ao longo dos tempos e em vários domínios. No que diz respeito à filosofia, este tipo de pluralismo pareceu-me ser algo muito valioso e frutífero (HOUNTODJI, 2002 *apud* HOUTONDJI, 2009, p. 125).

Este autor defende a existência de pluralismo em África, tanto nas sociedades tradicionais, como nas sociedades modernas. Neste mesmo texto, este filósofo chama atenção para as agendas de pesquisa em África, que muitas das vezes destinam-se e vão ao encontro das necessidades teóricas de parceiros ocidentais e a responder a perguntas por eles colocadas. Na sua ótica, os estudos africanos devem primeiro conhecer-se a si mesmo para transformar (HOUTONDJI, 2009).

Outra crítica que faço a essa perspectiva da unanimidade africana é a de que ela pode incorrer na heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, parafraseando Sergio Miskolci (2013). Tal perspectiva da heterossexualidade compulsória e heteronormatividade adota o padrão de ordem sexual do presente, na qual, todos os indivíduos são criados para serem heterossexuais ou para adotar o modelo da heterossexualidade em suas vidas, tornando impossível pensar a hete-

rossexualidade enquanto orientação sexual (*Idem*, 2013). O autor argumenta, as sociedades constroem tecnologias sociais que buscam enquadrar cada indivíduo em uma identidade, adequando seu corpo a um único gênero, visto como normal, correto ou ideal. Dessa forma, todos aqueles indivíduos que não seguem ou não se adequam a esse padrão heterossexual tornam-se alvo de preconceito, perseguição, violência e até assassinato. Por essas razões, muitas sociedades se revelam incapazes de lidar com as diferenças de gênero e sexuais (*Ibidem*, 2013).

Atualmente, a lógica do cerceamento do discurso de inexistência das minorias sexuais e da homossexualidade é predominante em África. Assim, pesquisadores e ativistas ocidentais têm avançado questões retóricas, quais sejam: se não há LGBTI's em África, por que proibir, criminalizar e penalizar algo que se afirma inexistir? Porque a homossexualidade tem sido tão invisível aos olhos de pesquisadores africanos? Ao proibir as relações homossexuais, estariam os estados africanos, *a priori*, se antecipando preventivamente à sua existência, como forma de profilaxia? Porque as relações entre HSH, independentemente como tais sujeitos se identifiquem, têm sido ignoradas nas campanhas de prevenção do Hiv/Aids?

A rigor, no continente africano, as vidas de LGBTI's são marcadas por insultos, humilhações, expulsões das famílias e do mercado de trabalho, agressões verbais, físicas e sexuais, assim como por ameaças de morte, chantagens e extorsões por parte de vizinhos, conhecidos ou de policiais. Normalmente, LGBTI's africanos vivem à margem das sociedades, alguns contraem infecções sexualmente transmissíveis por falta de informações, porque não sabem ler e escrever, ou ainda, devido à ausência de educação sexual nas escolas e nas famílias. Outros são condenados à duras penas de prisão ou a penas de morte por governos e regimes ditatoriais, autoritários e totalitários, sem saber qual crime cometeram. No cotidiano, LGBTI's são assediados pelas famílias, amigos, desconhecidos, bem como, nas escolas, igrejas, comunidades, meios de comunicação e instituições governos. Serena (2014), assim descreve a situação destes sujeitos no continente africano:

> Ser gay, trans, bissexual o intersexual em África pude significar ir directo a la cárcel; pena de muerte, ser agredido sexualmente, verbalmente, ser humillado, ridiculizado, expulsado de la família, amenazado, extorsionado; sufrir chantaje, exclusión y marginación social... Las personas que forman, a menudo sin ser conscientes, la comunidade LGBT son ahora mismo más débiles del continente más débil. Son tan vulnerables que nadie se atreve a darles su apoyo, muchas veces ni las ONG internacionales. En cambio, son assediadas diriamente por gobiernos, sociedade civil, Iglesia, familiares, amigos, conocidos, médios de comunicación... La beligerância es extrema em la escuela, em la calle y em salón de casa (SERENA, 2014, p. 12-13).

De fato, nas sociedades africanas, muitos pais acreditam que seus filhos são homossexuais porque foram abusados na infância, ou que tem algum transtorno mental. Outros creem que seus filhos são pecadores, pervertidos, ou foram alvos de feitiçaria e da ação de maus espíritos. Outros encaminham seus filhos a curandeiros, feiticeiros, médicos tradicionais, igrejas, pastores,

sheiks e outros terapeutas, onde são submetidos a rituais de purificação, de expulsão de maus espíritos e de cura da homossexualidade. Os mais "modernos" encaminham-nos a psicólogos e psiquiatras, que os submetem a medicações de todo o tipo.

No tocante às mulheres africanas, de longe, as relações afetivas entre lésbicas parecem ser mais toleradas do que a homossexualidade masculina, pois geralmente têm sido aplicadas penas mais leves às mulheres que a dos homens, normalmente, multas e prisão por períodos mais curtos. Entretanto, em algumas sociedades ocorrem violações sexuais "corretivas" infligidas às lésbicas, visando a conversão à heterossexualidade.

Grande parte das sociedades africanas são caracterizadas pela desigualdade sexual e de gênero, onde as mulheres circulam entre as famílias patriarcais. Muitas mulheres são impedidas de estudar e de trabalhar fora do lar, não têm direito à terra, à herança familiar, ao divórcio e não podem recusar uma proposta de casamento. Havendo grandes pressões para que as mulheres se casem cedo, num contexto onde as mulheres sem filhos têm ainda menos direitos do que aquelas com filhos.

Em diversos países, os casamentos prematuros, casamentos arranjados, uniões forçadas com homens mais velhos e o casamento após estupro, são ainda práticas socialmente aceitas, assim como a excisão genital feminina parcial ou total, deixando apenas um orifício para a saída da urina e do fluido menstrual, que retiram à mulher o direito ao prazer e satisfação sexual. Para além do trauma, tal prática pode provocar infecções, hemorragias, complicações durante o parto e, em alguns casos a morte. Para muitos homens em uma relação, ser trocado por uma mulher é considerado um insulto supremo e, para elas, pode significar a morte (SERENA, 2014).

De fato, poucas mulheres conseguem associar-se a uma comunidade ou frequentar espaços LGBTI's como o fazem os gays. Dessa forma, muitas mulheres lésbicas adotam como estratégia de sobrevivência, declarar que são bissexuais, casando-se com homens para agradar a família, ou, quando têm sorte, casam-se com um amigo gay. Outras, casam-se com homens polígamos, conscientes de que não terão que estar sempre disponíveis para o marido. Neste contexto, o continente africano apresenta distintas realidades que convergem para a negação da existência da homossexualidade e não aceitação da diversidade sexual, num cenário complexo onde LGBTI's não são aceites na maioria dos Estados e em seus direitos violados e são assassinados.

Considerações finais

Neste ensaio procurei compreender o contexto da emergência dos discursos contra a homossexualidade em África; como são percebidas as relações entre pessoas do mesmo sexo nas

diferentes nações e culturas, muitas vezes influenciadas pelas religiões, governos e autoridades religiosas e; por fim, as representações existentes na diáspora africana acerca da temática. Os países africanos vivenciam paradoxos no que diz respeito aos direitos humanos, neste caso, a sexualidade, orientação e identidade sexuais dos indivíduos. Por um lado, tais sociedades deparam-se com verdadeiros dilemas entre respeitar direitos individuais, quais sejam, liberdade, identidade e orientação sexual ou respeitar direitos coletivos, consuetudinários, nas quais as comunidades locais fazem suas próprias leis e costumes que se impõem à conduta individual. Por outro lado, preconceitos, desconhecimento e as tradições arraigadas nas sociedades e culturas africanas fazem com que as relações homossexuais, a igualdade de gênero e de direitos entre homens e mulheres sejam vistas como perigosas à autoridade e poder masculinos e patriarcal.

Já os debates públicos recentes sobre a temática, têm sido enviesados por discursos acirrados de políticos, governantes e autoridades religiosas que criminalizam a homossexualidade, homossexuais e seus ativistas, algumas vezes em busca de votos em manobras eleitorais e popularidade, particularmente em períodos de crises. O mesmo tem acontecido com a mídia, na qual jornais e revistas têm publicado matérias contra as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo e listas de "possíveis" homossexuais, em busca de maiores tiragens. No tocante ao "estado da arte", pesquisadores africanos apontam o "excepcionalismo" de suas sociedades e argumentando que os autores fora de África têm analisado a sexualidade e a homossexualidade, com "lentes" ocidentais. Tais disputas impedem a realização de pesquisas e debates esclarecedores, invisibilizando-se gêneros, práticas e identidades sexuais africanas, sejam elas homossexuais ou heterossexuais. Ser gay ou lésbica é um direito individual e algo pessoal, entre as diversas formas de viver a sexualidade para milhões de africanos. A harmonia nas sociedades africanas só será possível com igualdade de gênero e de direitos.

REFERÊNCIAS:

BUSSOTTI, Luca. TEMBE, António. A Homossexualidade na Concepção Afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre a libertação e opressão. **Revista Ártemis**, vol. XVII, nº 1, jan. /jun., 2014, pp.15-24.

COLE, William. **Sexo e amor na Bíblia**. Tradução de Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA. 1967.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. "O advento do Islã e a ascensão do império muçulmano. " In: EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. (Eds.). **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2. p. 39-68.

EVANS-PRITCHARD, E. Inversão sexual entre os Azande. Tradução de Felipe Fernandes, Verificação de Dennis Werner. **Revista Bagoas**, n. 7, p. 15-30. 2012.

GALLESIO, Lídia; BOSA, Domenico. **Os Mártires do Uganda**. 2ª ed. São Paulo: O Recado Editora, 1986.

GUEBOGUO, Charles. **La Question Homossexuelle em Áfrique: le cas du Cameroun**. Paris: L'Harmattan, 2006.

HOAD, Neville. **African Intimacies. Race, homosexuality, and globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

HOUTONDJI, Paulin. "Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos". In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES. Parte 1 – Da Colonialidade à Descolonialidade. 2009, p. 119-133.

KI-ZERBO, Joseph. "O Buganda". In: _____. **História da África Negra**, vol. I. Edição rev. e atu. Viseu: Publicações Europa-América, 1972, p. 397-398.

LAMBDA (Associação Moçambicana de Defesa das Minorias Sexuais). **Estudo sobre Vulnerabilidade e Risco de Infecção peço HIV entre Homens que fazem sexo com Homens na Cidade de Maputo.** Maputo: LAMBDA, 2010.

_____. **Atitudes perante a Homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula**. Maputo: Lambda, 2013.

MAZAMA, Ama. "A Afrocentricidade como um novo paradigma". In: NASCIMENTO, Elisa (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Trad. de Elisa Nascimento. (Coleção Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira;4). São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 111-127.

MBEMBE, Achille. Lutas sexuais e novos estilos de vida. In: _____. **Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada**. (Coleção Reler África). Luanda: Edições Mulemba/Pedago. 2014, p. 172-177.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2ª ed. rev. e ampl., 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, Ouro Preto: UFOP. 2013.

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro. **Afro-Ásia**, Salvador, V. 33, p. 9-33, 2005.

MSIBI, Thabo. É teorização atual sobre a sexualidade do mesmo sexo relevante para o contexto africano? A necessidade de mais vozes africanas em teorizar o desejo pelo mesmo sexo na África. Jornal Pambazuka News: Questões LGBT em África. 2014, (69). Disponível em: <http://www.pambazuka.org/pt/issue/current/>. Acessado em: 16 mar. 2014.

MURRAY, Stephen; ROSCOE, Will (Orgs.). **Boys-wives and female husbands. Studies in african homosexualities**. New York: Palgrave, 1998.

PEW RESEARCH CENTER (2013). The global divide on homossexuality. Greater acceptance in more secular affluent countries. Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2013/06/04/the-global-divide-on-homosexuality/>. Acesso em: 23 jun 2015.

SERENA, Marc. **¡Esto no es africano! De el Cairo a Ciudad del Cabo a través de los amores prohibidos**. Valencia: Editoral Xplora, 2014.